

OBSERVATÓRIOS URBANOS, FERRAMENTAS PARA MONITORIZAÇÃO DAS CIDADES

ANDREIA C. A. C. FERREIRA, LÍGIA M. T. SILVA, RUI A. R. RAMOS

RESUMO

O crescimento permanente das áreas urbanas e todos os problemas que esse facto acarreta, faz com que seja importante adotar ferramentas que consigam auxiliar a gestão urbana. Os observatórios urbanos são, então, uma ferramenta que, através de indicadores, permitem a monitorização das cidades, avaliando a sua evolução ao longo do tempo, e comparando-as com outras cidades. Os observatórios são ainda importantes no apoio à tomada de decisão, no envolvimento da população nas decisões, na análise de dados e compilação e disponibilização de relatórios, que antes não estavam disponíveis para o público em geral. Neste artigo é feita uma síntese bibliográfica sobre a temática dos Observatórios Urbanos como ferramentas para monitorização das cidades, tendo por objetivo servir de base teórica para a possível implementação de um projeto deste tipo em Portugal.

1 INTRODUÇÃO

De forma notória, o mundo está a tornar-se essencialmente urbano. De acordo com a publicação das Perspetivas de Urbanização do Mundo, na Revisão de 2009 (United Nations, 2010), o número de pessoas que viviam em áreas urbanas (3,42 mil milhões) ultrapassou o número de pessoas que vivia em áreas rurais (3,41 mil milhões) e desde então o mundo tornou-se mais urbano do que rural.

Passando para um contexto mais particular, na Europa, de acordo com Mendes (2011), em 2010, 75% da população vivia em cidades, projetando-se que este número cresça para 86% em 2050. Portugal seguiu as tendências de crescimento verificadas na Europa e, em 2010, 60,7% da população vivia em cidades, em 2050 prevê-se que se atinja uma taxa de 80%.

O acentuado crescimento das cidades tem, por um lado, efeitos económicos (tendencialmente positivos), e por outro, efeitos ambientais (tendencialmente negativos), será então necessário pensar em novas formas de gestão das cidades. Assim sendo, para Rossetto *et al.* (2004), repensar a gestão, o planeamento e a governabilidade urbana a partir de um considerável contingente de limitações, não será das tarefas mais fáceis. No entanto, deve ser imediatamente assumida como forma para se enfrentarem estas questões. De forma integrada aos modelos de gestão encontra-se ainda a priorização na elaboração de instrumentos que viabilizem na prática as ações públicas para o desenvolvimento sustentável.

Os grandes desafios da atualidade, tais como a redução da pobreza, as alterações climáticas e a criação e manutenção de uma sociedade inclusiva e pacífica, serão enfrentados no âmbito das cidades (IUG, 2008). É neste contexto que surgem os Observatórios Urbanos, para monitorizar o estado das cidades e fazer o acompanhamento dos dados urbanos, de

modo a compilar indicadores que possam servir de comparação entre diversos lugares do mundo e que sirvam como ferramenta de suporte e apoio à decisão, tornando a informação mais credível e atualizada.

O objetivo do presente artigo, que constitui parte de um projeto de investigação em curso sobre a temática dos Observatórios Urbanos, é fazer um enquadramento teórico da aplicação dos Observatórios Urbanos para monitorização das cidades, descrevendo também alguns exemplos mundiais.

2 SISTEMAS DE OBSERVATÓRIOS URBANOS DA ONU

O programa UN-Habitat: *United Nations Human Settlements Programme* da ONU, foi pioneiro na recolha de indicadores Urbanos. Este programa teve início em 1976, na *United Nations Conference on Human Settlements* (Habitat I), em Vancouver, Canadá. Em 1991 a UN-Habitat iniciou o programa de Indicadores de Habitação, este programa evoluiu em 1993, para o Programa de Indicadores Urbanos, de forma a incidir mais nas questões urbanas, de modo a compilar e fazer o acompanhamento de dados urbanos numa amostra de cidades à volta do mundo.

Posteriormente, surgiu o *Global Urban Observatory* (GUO) que deu continuidade ao Programa de Indicadores Urbanos e expandiu o programa para incluir indicadores específicos da Agenda Habitat, o documento de política principal, de que se falará mais à frente, foi publicado em 1996, e resultou da *United Nations Conference on Human Settlements* (Habitat II), em Istambul na Turquia (UN – Habitat, 2006).

Importa assim, compreender o conceito que serviu de base a este artigo, ou seja, compreender o significado de Observatório. De acordo com UN – Habitat (2011), um observatório urbano pode ser um órgão governamental, um centro de investigação ou uma instituição de ensino que é designado como agente, cujas ferramentas de monitorização são desenvolvidas para a formulação de políticas por meio de processos consultivos.

Já em 2006, a UN – Habitat, propôs uma definição para observatório. Segundo esta fonte, um observatório urbano é um conjunto de partes interessadas responsáveis pela produção, análise e divulgação de dados sobre um conjunto significativo de indicadores que refletem coletivamente questões visando o desenvolvimento urbano sustentável.

Partindo do objetivo que é auxiliar autoridades e comunidades a melhorar a recolha, análise e uso de informações para formulação de políticas urbanas mais eficazes, os observatórios urbanos pretendem entender o funcionamento das cidades como sistemas sociais e económicos e, evoluindo a partir desse entendimento, favorecer a construção de um planeamento integrado e eficaz (Filho, 2010).

Para além do conceito propriamente dito é também importante sintetizar as principais funções de um observatório urbano. Segundo JUO (2011) essas funções são:

- Definir e escolher os indicadores urbanos mais adequados para medir o desempenho e os progressos urbanos; Estabelecer, desenvolver e aperfeiçoar uma base de dados de indicadores urbanos em diferentes áreas de desenvolvimento urbano;
- Fornecer indicadores aos decisores políticos, de forma a ajuda-los na correta tomada de decisões e na definição de prioridades;

- Estar ligado aos diferentes tipos de observatórios, de forma a haver troca de experiências para melhorar a capacidade de produção de indicadores urbanos;
- Apoio à investigação e formação de recursos, através da organização de cursos de formação, seminários e conferências;
- Publicar pesquisas e relatórios sobre os diferentes campos de desenvolvimento urbano;
- Formar os funcionários do observatório, de forma a dota-los de ferramentas e capacidades para que estes possam gerar informações, analisá-las, publicá-las e transformar essas informações em indicadores.

Apesar de se perceber as potencialidades dos observatórios a nível das cidades, existem algumas questões que podem dificultar o trabalho dos observatórios. Os principais problemas, de acordo com JUO (2011), vão desde a falta de dados apropriados, às infraestruturas desadequadas – o que dificulta o processo de recolha de informações - até ao facto de a região não possuir um sistema que permita a ligação/cruzamento das diferentes fontes de informação. Além disso, o desenvolvimento de um observatório urbano pode ser prejudicado por não dispor de um orçamento anual ou fonte segura de recursos, especialmente, autónoma em relação ao gestor que é monitorizado.

2.1 Tipos de Observatórios Urbanos

Os Observatórios Urbanos são segundo a ONU classificados em Locais, Regionais e Nacionais, estes três tipos diferentes de observatórios ligam-se ao Observatório Urbano Global (OUG). É notório desde logo, de acordo com a própria designação, que uma das principais diferenças entre eles é a sua área de atuação (local, regional ou nacional), seguidamente faz-se uma breve descrição de cada um.

Os Observatórios Urbanos Locais (OUL's), de acordo com UN – Habitat (2006), são alojados num departamento da cidade já existente, numa organização não-governamental ou numa universidade. Eles servem para produzir, gerir e analisar dados sobre o desempenho de uma cidade sobre os principais indicadores urbanos e outras questões temáticas relevantes para a tomada de decisão e monitorização global.

Por sua vez, os Observatórios Urbanos Regionais (OUR's) estão alojados em organizações regionais ou instituições académicas e tem como função prestar assistência técnica aos Observatórios Urbanos Nacionais (OUN's) e OUL's, através de ferramentas de monitorização e de localização, e também na orientação de políticas utilizando o conhecimento de evidências (UN – Habitat, 2011).

Por fim, os OUN's, de acordo com UN – Habitat (2006), coordenam e consolidam a recolha de dados a nível nacional, utilizando os resultados baseados em factos para a formulação de políticas. Eles podem coordenar as atividades dos observatórios urbanos locais no país ou produzir os seus próprios dados e recursos de informação a nível nacional, regional ou local.

Todos os observatórios anteriormente mencionados estão ligados ao OUG, que, de acordo com Filho (2010), pretende oferecer a possibilidade de comparações que estimulem e enalteçam as melhores práticas e os respetivos melhores resultados, apurados em consonância com indicadores de uma forma objetiva. Santos (2009), citando Rolac (2004), refere que o OUG, é uma rede mundial de informações. O objetivo deste projeto é ajudar

gestores públicos, autoridades locais e a sociedade civil a melhorar a recolha, armazenamento, análise e uso da informação para formular políticas urbanas mais efetivas.

2.2 O papel dos Observatórios na monitorização das Agendas

A ONU teve a iniciativa da criação do sistema de observatórios urbanos, pretendendo com este projeto criar uma rede mundial de informação com vista a contribuir para a implementação da Agenda 21 e da Agenda Habitat, em âmbito local, regional e nacional.

A Agenda 21 é um programa de ação, que constitui a mais abrangente tentativa para promover, à escala mundial, o desenvolvimento conciliando métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência económica.

A Agenda Habitat foi adotada por 171 países, e pode ser vista como um resultado da implementação da Agenda 21, estabelecendo estratégias para a materialização do desenvolvimento sustentável em áreas urbanas do mundo.

2.2.1 Agenda 21

O conceito de Desenvolvimento Sustentável começou a ser discutido em 1972 em Estocolmo. Só em 1987 foi publicado no relatório de Brundtland “*Our Common Future*” o conceito atualmente mais utilizado.

O conceito de desenvolvimento sustentável foi então pactuado na Agenda 21, que começou a ser elaborada em 1989, com a aprovação em assembleia extraordinária da ONU de uma conferência sobre o meio ambiente e o desenvolvimento como fora recomendado pelo relatório Brundtland.

Posteriormente em 2000, tendo por base uma década de conferências e cimeiras da ONU, os líderes mundiais, reunidos na sede da ONU em Nova Iorque, adotaram uma agenda complementar, denominado *Millennium Development Goals* (Objetivos de Desenvolvimento do Milénio - ODM), que deu ênfase particular às políticas de globalização e erradicação de pobreza e fome, aprovada na Assembleia através da Declaração do Milénio (United Nations, 2011). Além de estabelecer os ODM, a Agenda 21 também fixa as metas e os prazos para os atingir, bem como os respetivos indicadores a analisar de forma a perceber o seu progresso.

A ONU propõe os ODM como objetivos gerais para todo o mundo. Esses objetivos abrangem dimensões essenciais da pobreza, saúde, igualdade de sexo, educação, e sustentabilidade ambiental. Ao aceitar estes objetivos, a comunidade internacional fez um compromisso com a população mais desfavorecida do mundo, os mais vulneráveis, em termos precisos, fundada em objetivos quantitativos (UN – Habitat, 2009).

Apresentam-se de seguida os ODM e as metas a atingir. Segundo o Relatório sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio 2010 e a informação que consta na página oficial da ONU sobre os ODM (onde constam, os objetivos, as Metas, bem como os indicadores que atualmente são utilizados para monitorizar as cidades rumo a alcançarem as metas).

Objetivo 1: Erradicar a pobreza extrema e a fome.

1.A. Reduzir para metade, entre 1990 e 2015, a percentagem de pessoas cujo rendimento é inferior a 1 dólar por dia.

1.B. Alcançar o pleno emprego e assegurar que todas as pessoas, incluindo as mulheres e os jovens, consigam encontrar um trabalho digno e produtivo.

1.C. Reduzir para metade, entre 1990 e 2015, a percentagem da população que sofre de fome.

Objetivo 2: Alcançar o ensino primário universal.

2.A. Garantir que, até 2015, todas as crianças, de ambos os sexos, terminem um ciclo completo de ensino primário.

Objetivo 3: Promover a igualdade de género e o empoderamento da mulher.

3.A. Eliminar as disparidades de género no ensino primário e secundário, se possível até 2005, e em todos os níveis de ensino, o mais tardar até 2015.

Objetivo 4: Reduzir a mortalidade infantil.

4.A. Reduzir em dois terços, entre 1990 e 2015, a taxa de mortalidade de menores de cinco anos.

Objetivo 5: Melhorar a saúde materna.

5.A. Reduzir em três quartos, entre 1990 e 2015, a taxa de mortalidade materna.

5.B. Alcançar, até 2015, o acesso universal a saúde reprodutiva.

Objetivo 6: Combater o VIH/SIDA, a malária e outras doenças.

6.A. Até 2015, deter e começar a reduzir a propagação VIH/SIDA.

6.B. Assegurar, até 2010, o acesso universal ao tratamento contra o VIH/SIDA a todas as pessoas que dele necessitam.

6.C. Até 2015, deter e começar a reduzir a incidência da malária e de outras doenças graves.

Objetivo 7: Garantir a sustentabilidade ambiental.

7.A. Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais e inverter a atual tendência para a perda de recursos ambientais.

7.B. Reduzir a perda de biodiversidade e alcançar, até 2010, uma diminuição significativa da taxa de perda.

7.C. Reduzir para metade, até 2015, a percentagem da população sem acesso permanente a água potável e a saneamento básico.

7.D. Até 2020, melhorar consideravelmente a vida de pelo menos 100 milhões de pessoas que vivem em favelas.

Objetivo 8: Criar uma parceria mundial para o desenvolvimento.

8.A. Continuar a desenvolver um sistema comercial e financeiro multilateral aberto, baseado em regras, previsível e não discriminatório.

8.B. Satisfazer as necessidades especiais dos países menos desenvolvidos, dos países sem litoral e dos pequenos estados insulares em desenvolvimento.

8.C. Tratar de uma maneira global os problemas da dívida dos países em desenvolvimento.

8.D. Em cooperação com empresas farmacêuticas, oferecer acesso a medicamentos essenciais em países em desenvolvimento.

8.E. Em cooperação com o sector privado, tornar acessíveis os benefícios das novas tecnologias, em particular os das tecnologias da informação e comunicação.

2.2.2 Agenda Habitat

A Agenda Habitat surge como resultado da segunda *United Nations Conference on Human Settlements*, realizada em 1996 em Istambul, na Turquia. Esta conferência, teve como objetivo, avaliar os progressos e definir metas para o novo milénio. Este documento político contém mais de 100 compromissos e 600 recomendações (Filho, 2010).

No contexto atual, em que, nos países em desenvolvimento, os habitantes das favelas são mais de 50% da população e têm pouco ou nenhum acesso a habitação, água e saneamento (UN – Habitat 2011), a Agenda revela-se uma mais-valia para as cidades na persecução dos seus objetivos.

A Agenda Habitat destaca-se de todas as outras agendas, uma vez que tem em vista a monitorização e evolução das cidades, através da verificação da evolução dos indicadores definidos para monitorização das metas estabelecidas, divididas em cinco capítulos (UN – Habitat 2011):

Capítulo I: Residência

1. Promover o direito à residência adequada.
2. Garantir a segurança de ocupação.
3. Garantir a igualdade no acesso ao crédito.
4. Garantir a igualdade de acesso ao terreno.
5. Promover o acesso a serviços básicos.

Capítulo II: Desenvolvimento Social e Erradicação da Pobreza

6. Promover a igualdade de oportunidades para uma vida segura e saudável.
7. Promover a integração Social e apoio aos mais desfavorecidos.
8. Promover a igualdade de géneros.

Capítulo III: Gestão Ambiental

9. Promover estruturas de povoamento geograficamente equilibradas.
10. Gerir a procura e oferta da água eficazmente.
11. Reduzir a poluição urbana.
12. Prevenir desastres e reconstruir povoações.
13. Promover sistemas de transportes eficazes e ambientalmente eficientes.
14. Mecanismos de apoio para preparar e implementar planos ambientais locais e iniciativas da Agenda 21 local.

Capítulo IV: Desenvolvimento Económico

15. Reforçar as pequenas e microempresas particularmente as desenvolvidas por mulheres.
16. Encorajar parcerias público-privadas e estimular as oportunidades de emprego.

Capítulo V: Governação

17. Promover a descentralização e fortalecer as autoridades locais.
18. Encorajar e apoiar a participação e o envolvimento cívico.
19. Garantir transparência, responsabilidade e eficiência no governo de aldeias, cidades e áreas metropolitanas.

3 EXEMPLOS DE OBSERVATÓRIOS URBANOS A NÍVEL MUNDIAL

De seguida serão apresentados exemplos de observatórios urbanos implementados a nível mundial. Os observatórios estão integrados na rede de Observatórios da UN-Habitat e têm como base os indicadores utilizados nas Agendas 21 e Habitat.

3.1 Observatório Regional Base de Indicadores de Sustentabilidade (ORBIS)

O Observatório Regional Base de Indicadores de Sustentabilidade – ORBIS foi lançado em 2004, no Estado do Paraná, no Brasil. É um programa do Instituto de Promoção do Desenvolvimento - IPD, apoiado pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná – FIEP, certificado pelo *Global Urban Observatory* (GUO) da ONU e está integrado na rede mundial de observatórios UN-Habitat.

No primeiro relatório elaborado pelo ORBIS, em 2004, foram definidos 48 indicadores, que tinham por base os indicadores da Agenda 21, no entanto, adaptados à realidade de Curitiba. Em 2005, foi alargada a base de monitorização ao restante estado e assim em 2006 foi publicado o Caderno Indicadores do Milénio do Paraná e, mais recentemente, o relatório de Indicadores dos ODM (ORBIS, 2011).

Este observatório tem duas formas, através das quais é possível analisar os indicadores. A primeira é o Sistema *Devinfo*, que possibilita a construção de tabelas, gráficos e mapas para todos os municípios do Estado do Paraná. A segunda, através de relatórios dinâmicos, em que, através da seleção dos indicadores que se pretendem analisar, é apresentada uma análise, com gráficos dinâmicos, sobre a situação de cada ODM dos municípios do Paraná.

O ORBIS acompanha o desempenho das cidades através de um painel de acompanhamento dos ODM que é apresentado nos seus relatórios. Ao avaliar cada uma das metas dos ODM é possível ter um panorama geral da situação atual das cidades, desta forma é possível também saber onde é necessário estar mais atento e desenvolver ações para colmatar esses problemas antes que eles piorem. No painel de acompanhamento, para cada uma das metas dos ODM é apresentada uma de três cores (verde, amarela ou vermelha), de acordo com a situação em que se encontra o avanço da meta analisada. A cor verde significa que a meta será alcançada, a cor amarela, significa que haverá dificuldades para se alcançar a meta, por sua vez, a cor vermelha significa que a meta não será alcançada (ORBIS, 2009).

3.2 Observatório do Recife

A cidade do Recife, de acordo com OR (2011), detém o título de capital mais insegura do Brasil, figurando entre as dez cidades mais violentas do país, de acordo com o critério do número de assassinios por 100 mil habitantes. Tendo por base esta realidade, entidades da sociedade civil, compostas por cidadãos recifenses resolveram lançar o movimento Observatório do Recife. Este movimento reúne, sectores empresariais, académicos, movimentos sociais e cidadãos, que tem por objetivo selecionar, propor e monitorizar indicadores da cidade de Recife.

A missão do OR é, mobilizar a sociedade para selecionar, propor e monitorizar um conjunto de indicadores e metas que se constituam numa agenda de desenvolvimento sustentável para o Recife e que permitam transformá-la numa cidade melhor para se viver, socialmente justa, ambientalmente equilibrada e economicamente viável.

Como em qualquer observatório, a escolha dos indicadores foi um processo que passou por várias etapas. Começou pela organização dos dados, que foi estruturada a partir de uma proposta técnica de indicadores, reconhecidamente fortes para a avaliação dos diversos aspetos da qualidade de vida e da garantia de direitos da população. De acordo com OR (2010), essa proposta passou por discussão e validação junto de Grupos de Trabalho (GTs) temáticos.

Desta forma, os temas abordados pelos indicadores do OR são os seguintes: Saúde; Educação; Espaço urbano, mobilidade e moradia; Trabalho, renda e desigualdade; Meio ambiente e saneamento; Juventude; Governação; Assistência social; Segurança.

Para cada um dos temas, foram recolhidos os dados mais recentes possíveis, para criar um retrato atualizado da cidade. De acordo com OR (2010), as informações provêm de fontes oficiais – os chamados registos administrativos. O uso dessas fontes permite atualizar todos os dados regularmente e criar uma cultura de “gestão por indicadores”, isto é, com formas objetivas de medição.

3.3 Observatório do Milénio de Belo Horizonte (OMBH)

Belo Horizonte foi uma das cidades convidadas pela ONU, em 2006 a participar no projecto “Localizando os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio”, que propõe às cidades assumirem o compromisso de medir e monitorizar as metas relativas aos Oito ODM, até o ano de 2015. Surge nessa data o Observatório do Milénio de Belo Horizonte (OMBH).

Os parceiros do OMBH são: UN-Habitat, a Prefeitura de Belo Horizonte, a Fundação João Pinheiro, a Universidade Federal de Minas Gerais, o Governo do Estado de Minas Gerais, a PUC Minas, o Centro Universitário UNA e a Fundação Mineira de Educação e Cultura – FUMEC (OMBH, 2011).

O OMBH publica relatórios de acompanhamento dos ODM, onde são analisados indicadores, possibilitando avaliar a evolução da cidade. Os indicadores analisados incidem nos seguintes tópicos (OMBH, 2010): Atingir o ensino básico universal; Promover a igualdade entre géneros e a autonomia das mulheres; Reduzir a mortalidade infantil; Melhorar a saúde materna; Combater VIH e outras doenças; Garantir a sustentabilidade ambiental; Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento. Para cada um destes objectivos foram formulados indicadores, alguns deles iguais aos indicadores da Agenda 21, outros, mais adequados à realidade de Belo Horizonte.

3.4 Regional Vancouver Urban Observatory (RVU)

De acordo com RVU (2011), o Observatório Regional Urbano de Vancouver (RVU) foi criado no final de 2004, foi o primeiro Observatório no âmbito do programa UN-Habitat no Canadá. O RVU foi fundado pela *Urban Community of Regional Vancouver, British Columbia* e é um projeto com base na Universidade Simon Fraser Vancouver.

Quando o observatório iniciou o seu trabalho, foi reconhecido que a região de Vancouver tinha já algumas iniciativas de políticas de sustentabilidade em curso, no entanto, a região não tinha definido indicadores relevantes que determinassem o progresso em relação aos

objetivos a atingir (Holden e Mochrie 2006). Desta forma, o RVU surge para colmatar essas lacunas, estabelecendo a longo prazo uma estação de monitorização da sustentabilidade, com o objetivo de coordenar, comunicar, bem como com funções de investigação.

A fase inicial teve por base a pesquisa de projetos de indicadores e seus resultados de outras cidades no mundo. De acordo com Holden e Mochrie (2006), foram considerados diferentes domínios da cidade, em temas como, economia ambiental urbana, governação urbana, questões referentes a população carenciada, focos de pobreza entre os novos emigrantes.

Seguiu-se então o processo para seleção dos indicadores a utilizar. Foi então criado um grupo de estudo multi-setorial, responsável por propor uma lista de indicadores. Depois houve um período de consulta pública que foi efetuada de diversas formas, pessoalmente, em formato eletrónico, e através de um inquérito na Web.

Depois de alguns ajustes foram então procuradas as fontes de dados existentes para os indicadores selecionados. Os resultados dessa pesquisa foram apresentados no Relatório Inaugural do Observatório Regional Urbano de Vancouver e abordam as seguintes áreas: Mobilidade; Pobreza; Desenvolvimento económico; Governação; Construção comunitária; Ambiente; Alimentação; Artes e cultura.

3.5 Jeddah Urban Observatory (JUO)

O crescimento verificado na região metropolitana de Jeddah, na Arábia Saudita, gerou problemas como desemprego, pobreza e declínio dos serviços urbanos. Desta forma, o Ministério dos Municípios e dos Assuntos Rurais definiu a necessidade de implementar o *Jeddah Urban Observatory* (JUO), para colmatar esses problemas. Em Julho de 2006, o Município de Jeddah lança o JUO.

O JUO segue as recomendações do UN-Habitat e do Banco Mundial na elaboração e desenvolvimento de um banco de dados para a produção de indicadores reconhecidos internacionalmente.

O observatório tem como missão acompanhar e documentar as informações, fazendo com que as dimensões social, ambiental e económica possam ser transformadas em dados estatísticos passíveis de serem medidos e comparados (JUO, 2011).

Na prática, de acordo com a mesma fonte, o JUO recolhe as suas informações através da participação de órgãos governamentais e do sector privado num Sistema de Informação Geográfica (SIG) que faz a gestão da base de dados relacionados com os principais indicadores urbanos. A operação envolve os decisores e a comunidade local, e é direcionada aos planos de desenvolvimento regional.

3.6 Observatório Urbano de Mérida (OUM)

O Observatório Urbano Local da Cidade de Mérida (OUM), foi reconhecido na Rede de Observatórios da UN-Habitat a 10 de Setembro de 2008. O OUM é uma instância de referência necessária na definição de políticas, para monitorizar as condições urbanas da cidade ao nível das vertentes social, urbana, económica, cultural e ambiental (OUM, 2011).

Por outro lado, tal como os observatórios já analisados, este observatório tem como missão tornar acessível ao público em geral informação sobre habitação, desenvolvimento social, meio ambiente, desenvolvimento económico e governação. Esta informação é veiculada por meio de indicadores que refletem as prioridades locais através de esforços coordenados entre cidadãos, órgãos públicos, privados e não-governamentais (OUM, 2011).

Este observatório é, assim uma referência como suporte à tomada de decisões, definição de políticas, e monitorização das condições urbanas da cidade nas suas diversas áreas. Com base nos indicadores da agenda Habitat, o OUM tem como base os seguintes tópicos principais: Habitação; Desenvolvimento social e erradicação da pobreza; Meio Ambiente; Desenvolvimento Económico; Governação.

4 CONCLUSÕES

O trabalho apresentado começou por focar a questão da complexidade da gestão das cidades que está inevitavelmente associada, por um lado, ao seu crescimento, verificado nos últimos anos, e por outro à falta de ferramentas que ajudem o processo de tomada de decisão a ir de encontro aos reais problemas das cidades.

Depois de se contextualizar o atual panorama das cidades, passou-se a rever o sistema de observatórios urbanos, destacando a ONU como pioneira a este nível. De seguida, passou-se para a distinção entre os diferentes tipos de observatórios existentes, Locais, Regionais e Nacionais, salientando-se que todos eles estão ligados à rede do OUG da ONU.

Posteriormente foi abordado o papel dos observatórios na monitorização das Agendas 21 e Habitat, salientando-se para cada uma delas quais os objetivos e as metas.

Para finalizar, foram analisados exemplos de observatórios urbanos a nível mundial. De acordo com os exemplos analisados, foi possível verificar que, os observatórios são instrumentos importantes para se entender como funcionam as cidades, analisando diversas áreas, nomeadamente, ambiente, economia, sociedade, habitação, tendo em vista melhorar a eficiência do planeamento, visando o desenvolvimento sustentável, rumo à melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

De acordo com os observatórios aqui referenciados, em alguns casos são os próprios municípios a lançar o observatório quando verificam que existem problemas, nomeadamente ao nível do crescimento populacional, como foi o caso do JUO. Em outros casos, os observatórios foram criados por diversas entidades, incluindo cidadãos comuns, como se verificou no OR. Resultantes de parcerias entre entidades públicas e privadas foram também os observatórios de Mérida, o ORBIS, o OMBH e o RVU.

Percebe-se assim que os observatórios existem para monitorizar os problemas das regiões ou cidades onde são implementados. Apesar de terem por base o programa UN-Habitat, cada um deles se adapta aos contextos e às especificidades da cidade e/ou região.

Na base dos observatórios e, de forma a ser possível monitorizar o desempenho das cidades estão sistemas de indicadores, que, como se identificou, muitas vezes necessitam de um processo moroso até à sua seleção, como foi o caso do RVU, em que o processo de seleção dos indicadores passou por uma longa fase de consulta pública, e pela criação de

um grupo de estudos, do qual faziam parte diversos intervenientes de várias áreas. No entanto, esses processos resultam do envolvimento de vários cidadãos, de diferentes áreas, promovendo-se assim a participação cívica nas decisões de topo. Este é um aspeto que, nas cidades analisadas, se revela de elevada importância, tornando possível uma aproximação entre os cidadãos e o poder político, dando maior credibilidade ao sistema político e permitindo que os dados estejam disponíveis para todos, sendo este um claro sinal de transparência.

Por outro lado, os Observatórios permitem a monitorização contínua possibilitando portanto, a tomada de medidas preventivas e não de remediação. Atualmente, as soluções para os problemas aparecem já depois do problema existir, no entanto, esta não deve ser a prática comum, mas sim o contrário, prevenir, quando se verifica que determinado indicador dá indícios de fragilidade.

No caso de Portugal não existe ainda nenhum Observatório Urbano reconhecido pela UN-Habitat. Menciona-se, no entanto, o programa Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (SIDS), desenvolvido pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA). Este programa procura ir de encontro ao objetivo que os observatórios têm, o de proporcionar uma base de dados acessível ao público em geral, cada vez mais alargada, facilitando assim, a comunicação com os decisores de topo e o público em geral.

Espera-se com esta pesquisa, alargar o conhecimento ao nível dos Observatórios Urbanos e dos seus indicadores, de forma a propor uma metodologia que poderá servir de base a um possível observatório a implementar numa cidade de média dimensão em Portugal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Filho, E. (2010) Tese de Doutoramento. **Um Modelo de Gestão Pública por Indicadores de Sustentabilidade em Associação com Observatórios Urbanos**. Universidade Federal de Santa Catarina.

Holden, M., Mochrie, C. (2006) The regional Vancouver Urban Observatory (RVU): counting on Vancouver, “our view” of the region. **Revista Internacional de Sostenibilidad, Tecnologia e Humanismo**, (1), 137-244.

IED (2010) **Relatório sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, 2010**. Instituto de Estudos para o Desenvolvimento. Editorial do Ministério da Educação. Lisboa, 2010.

IUG (2008) Indicadores Urbanos Globais. Uma Abordagem Integrada para a Mensuração e Monitoramento do Desempenho das Cidades. **Relatório Síntese**. <<http://www.cityindicators.org>>. Acedido em (01/11/2011).

JUO (2011) **Jeddah Urban Observatory**. <http://juo.jeddah.gov.sa/en/Content/what_is_urban.asp>. Acedido em: 19/11/2011.

Mendes, J. F. G. (2011) **O Futuro das Cidades**. MinervaCoimbra. Coimbra – Portugal.

OMBH (2010) **Relatório de Acompanhamento Objetivos de Desenvolvimento do Milênio Belo Horizonte 2010**. <<http://observatoriodomilenio.pbh.gov.br>>. Acedido em 21/11/2011.

OMBH (2011) **Observatório do Milênio de Belo Horizonte**. <<http://observatoriodomilenio.pbh.gov.br>>. Acedido em 21/11/2011.

OR (2010) **Indicadores do Recife 2010**. Recife, 2010. <<http://www.observatoriodorecife.org.br/>> Acedido em (27/10/2011).

OR (2011) **Observatório do Recife**. <<http://www.observatoriodorecife.org.br/>> Acedido em (27/10/2011).

ORBIS (2009) **Indicadores do Milênio 2009 Paraná e Mesorregiões**. <<http://www.orbis.org.br/produto/8/indicadores-odm-2009>>. Acedido em (22/12/2011).

ORBIS (2011) **Observatório Regional Base de Indicadores de Sustentabilidade**. <<http://www.orbis.org.br>>. Acedido em (16/12/2011).

OUM (2011) **Observatorio Urbano de la Ciudad de Mérida Yucatán**. <<http://www.merida.gob.mx/observatorio/index.html>>. Acedido em 14/12/2011.

Rossetto, A., Orth, D., Kalil, R., Rossetto, C. (2004) Proposta de Gestão Integrada do Ambiente Urbano Utilizando Indicadores de Sustentabilidade. **Seminário A Questão Ambiental urbana: experiências e perspectivas**. Brasília – DF, Universidade de Brasília, NEUR/CEAM, 28 a 30 Julho/2004.

RVU (2011) **Regional Vancouver Urban Observatory**. <<http://www.rvu.ca/>>Acedido em (24/11/2011).

Santos, C. (2009) **Observatórios Urbanos: tecnologias sociais voltadas para o desenvolvimento regional, humano e social sustentável**. UTFPR - Universidade Tecnológica Federal do Paraná Campus Ponta Grossa.

UN-Habitat (2006) **A Guide to Setting Up an Urban Observatory**. United Nations Human Settlements Programme. Kenya, 2006.

UN-Habitat (2009) **Urban Indicators Guidelines. “Better Information, Better Cities”. Monitoring the Habitat Agenda and the Millennium**. Development Goals-Slums Target. United Nations Human Settlements Programme. Kenya.

UN-Habitat (2011) **United Nations Human Settlements Programme**. <<http://www.unhabitat.org>>. Acedido em (26/10/2011).

UN (2010) **World Urbanization Prospects. The 2009 Revision**. United Nations. New York, 2010.

UN (2011) **We can End Poverty 2015 Millennium Development Goals**. <<http://www.un.org/millenniumgoals/>> Acedido em (03/11/2011).